

Anc X auc

Política

— CONSTITUINTE —

Em uma reunião, hoje, Sarney e seus ministros vão avaliar o rombo que o governo sofrerá, se a futura Constituição ficar como está. Fala-se em Cz\$ 1 trilhão por baixo, para pagar benefícios, vantagens e anistias.



Calculando o prejuízo

O presidente Sarney reúne, hoje pela manhã, no Palácio da Alvorada dez ministros de Estado — inclusive os da área econômica — para calcular o "preço" que o governo vai pagar se prevalecer o texto constitucional aprovado no primeiro turno das votações na Constituinte. Calculando por baixo, o governo estima uma soma de Cz\$ 1 trilhão para custear benefícios, vantagens e anistias, segundo informou o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), após participar da reunião das lideranças governistas realizada ontem com o presidente.

Marcondes Gadelha garantiu que cerca de 15 dispositivos aprovados estão na mira do governo para serem suprimidos durante a votação em segundo turno. Um dos principais é a limitação dos juros a 12% ao ano. "Há consenso dentro do governo contra a limitação", diz Gadelha. Ele ressaltou ainda a jornada máxima de trabalho com turno de seis horas; aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço; prisão só com mandato judicial; proibição do contrato de risco na área do petróleo; voto aos 16 anos; além da anistia aos microempresários e pequenos produtores rurais e àqueles que têm de pagar juros de mora e multa por impostos atrasados.

A intenção do governo, segundo Gadelha é utilizar a mesma estratégia que apresentou resultados quando esteve em jogo a duração do mandato presidencial. Os ministros que estarão presentes à reunião de hoje juntamente com as lideranças formam a principal base de apoio político a Sarney, que na avaliação do Palácio do Planalto se prepara para o seu maior teste ao tentar influir na modificação de pontos-chave do projeto de Constituição.

Logo após o encontro das lideranças com Sarney ontem, o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, tratou de fazer a convocação, por telefone, dos ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Borges da Silveira, da Saúde; José Reinaldo Tavares, dos Transportes; Jäder Barbalho, da Reforma Agrária; Prisco Vianna, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Hugo

Napoleão, da Educação; Iris Rezende, da Agricultura; e João Batista de Abreu, do Planejamento. No lugar do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que está no Exterior, irá Paulo Ximenes, o interino.

De acordo com o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, o presidente deseja conversar separadamente com os ministros cujas pastas sofrerão influência direta das inovações da nova Constituição. Por exemplo, a Previdência Social, que terá de planejar um orçamento levando-se em conta a questão das aposentadorias, se for aprovado o dispositivo que reduz o limite de idade de 60 para 55 anos. "Isto pode levar, de um momento para outro, ao ingresso de dois milhões de novos aposentados. O impacto seria tal que a Previdência teria que deixar de pagar os benefícios" diz Lourenço.

"Curiosas e impressionantes"

O líder pefelista afirmou que na reunião com o presidente Sarney foi feita uma avaliação de todas as emendas apresentadas e uma análise do custo disso "em determinados setores da vida nacional". José Lourenço disse que entre as emendas "têm coisas curiosas e impressionantes". Ele citou um artigo que determina tratamento igual na remuneração tanto do trabalho científico, literário ou braçal, e ironizou: "É um artigo que cria uma sociedade sem classes e me parece que foi copiado da Constituição da Hungria. O pessoal está querendo fazer uma Constituição muito avançada em termos do mundo de hoje".

Outra proposta que mereceu críticas de Lourenço, e mais ironias, é a que concede aposentadoria nos termos da lei que vigia quando a pessoa ingressou no serviço público: "Um militar que ingressou na carreira na época em que existia a patente de marechal será aposentado como marechal. Teremos milhões de marechais e isso criará um custo insuportável ao País". Para o deputado, muitos dos artigos "terão desdobramentos nos futuros governos e é preciso que se tenha responsabilidade com o País e não com a próxima eleição".



Gadelha: apoio a Sarney.



Lourenço: "Emendas curiosas".

De Cabral a Ulysses, com ética.



Se depender do parecer do relator Bernardo Cabral (foto), o deputado Ulysses Guimarães poderá ser reeleito presidente da Câmara pela segunda vez consecutiva, cargo que lhe assegura o exercício interino da Presidência da República. Se for eleito novamente, o deputado paulista continuará a substituir o presidente José Sarney em seus impedimentos até o final do seu mandato, em março de 91. Ontem, ao entregar seu parecer sobre as emendas apresentadas pelos constituintes ao texto constitucional aprovado em primeiro turno, o deputado Bernardo Cabral, também candidato ao cargo, comunicou que, "por uma questão de ética", havia dado parecer favorável à emenda, suprimindo a proibição de reeleição de membros da mesa da Câmara.

A solenidade de entrega do documento — que ainda sofrerá alguns aperfeiçoamentos antes de ser distribuído oficialmente — foi no gabinete do presidente Ulysses

Guimarães, que considerou o texto constitucional em elaboração como diferente e melhor do que todas as demais Constituições brasileiras. Pela avaliação de Ulysses Guimarães, "ela é melhor porque é a Constituição do cidadão, voltada para o homem e a mulher". Ele aproveitou a solenidade e convocou todos os líderes partidários para uma reunião amanhã em seu gabinete, às 11 horas, com vistas a examinar suas observações sobre as emendas e o parecer do relator.

Desde já, porém, Ulysses Guimarães pediu que sejam encaminhadas apenas aquelas extremamente necessárias. Ele comunicou também que a Constituinte vai se reunir pela manhã e à tarde, a partir de segunda-feira, de modo a que os parlamentares estejam livres nos finais de semana para tratar de assuntos ligados às eleições municipais.

Foram apresentadas 1.884 emendas, das quais três foram retiradas pelo autores; 436 receberam parecer favorável do relator; 40 receberam parecer parcialmente favorável; 73 foram consideradas prejudicadas; 1.238 receberam parecer contrário; e 56 não foram aceitas pelo presidente Ulysses Guimarães por infração ao regimento interno da Constituinte.

O governo vai brigar para modificar ou suprimir totalmente 38 dos 321 itens do projeto de Constituição que irá a voto a partir da próxima segunda-feira no plenário da Constituinte. A informação foi dada pelo líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), depois de uma reunião que começou pela manhã no Palácio da Alvorada e foi até o meio da tarde, entre o presidente José Sarney e as lideranças governistas na Constituinte. Para Gadelha, este número ainda é alto e chegará "no frígido dos ovos" a 15.

O líder Carlos Sant'Anna, disse que 23 pontos são considerados "inegociáveis" pelo governo e que, caso eles permaneçam, a Constituição resultante das votações sairá de "um projeto à feição da esquerda". Em muitos dos pontos relatados por Carlos Sant'Anna, o governo defende posições que coincidem com as do relator Bernardo Cabral, como é o caso dos dispositivos que concedem anistia fiscal e da correção monetária. Em outros pontos, como no direito de greve, o governo e o relator divergem. A posição do governo sobre o trabalho do relator ficaram explicitadas na frase do presidente Sarney, relatada pelo senador Marcondes Gadelha após a reunião: o parecer de Cabral foi considerado "sensato, bem articulado e bem intencionado", mas insuficiente.

Além dos dois pontos que o governo quer suprimir já citados, há mais 11 que dizem respeito diretamente à economia, 4 deles relacionados aos direitos trabalhistas: jornada máxima de seis horas, a justiça estadual como instância máxima pa-

Veja o que o governo não quer na Constituinte

ra as causas trabalhistas, a redução dos limites da idade para aposentadoria e a destinação do PIS ao seguro-desemprego.

A questão da imposição do limite de 12% para os juros anuais é uma questão que, segundo Gadelha, não necessitaria de grande empenho do governo porque os próprios constituintes já estariam propensos a modificá-lo. Mas há pontos que vão necessitar de uma mobilização mais forte, como o do controle e acompanhamento do orçamento pelo Congresso; a possibilidade da criação pelos Estados do adicional de 5% sobre o Imposto de Renda; a destinação de 20% dos impostos arrecadados para os Estados; as restrições aos contratos de risco para exploração de petróleo; a União fica com os encargos da criação do Estado de Tocantins.

Os artigos de 23 a 26 das Disposições Transitórias, apeladas de "vagão da alegria" e que dizem respeito à aposentadoria dos funcionários e concedem estabilidade para juízes, defensores públicos e delegados, também estão na lista do governo.

Os outros artigos dizem respeito a: voto aos 16 anos; censura a ministros; competência das comissões técnicas do Congresso; revisão constitucional daqui a cinco anos; criação da Comissão de Transição e o artigo que revoga em 180 dias todos os atos do governo não apreciados pelo Congresso, entre eles os decretos-lei, supressão que conta também com a concordância do relator Bernardo Cabral.

Os pareceres, garantindo pouco.

A notícia de que o relator da Constituinte, Bernardo Cabral, havia dado parecer favorável à emenda suprimindo o dispositivo que impede a desapropriação das propriedades produtivas, para fins de reforma agrária, fez com que o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag — José Francisco de Silva, se animasse ontem a solicitar audiência ao deputado Ulysses Guimarães para saber se a iniciativa decorre de algum novo acordo sobre a questão.

Acompanhado por dois integrantes da diretoria da Contag, José Francisco viajou até Brasília na suposição de que o parecer do relator Bernardo Cabral representa uma garantia de inclusão das terras produtivas entre aquelas que serão desapropriadas. Ele ficou aparentemente decepcionado quando jornalistas explicaram que dificilmente a supressão será acolhida pelo plenário da Constituinte e acabou concordando que o parecer de Bernardo Cabral representa uma manifestação de coerência com relação ao que foi emitido anteriormente por ele sobre a matéria.

A presença do presidente da Contag no gabinete do presidente da Constituinte, pouco antes da entrega do parecer do relator Bernardo Cabral, antecipa várias outras manifestações de esperança com relação à mudança no texto constitucional

aprovado em primeiro turno. Na realidade, difunde-se a idéia de que o parecer do relator tem mais poder de alcance do que possui na realidade — o que o próprio Cabral se encarregou de desmentir, observando que o documento representa apenas sua opinião sobre os temas em exame.

Na verdade, o parecer do relator não influi na votação de temas polêmicos como a reforma agrária, em torno da qual as opiniões estão consolidadas, mas exerce certa influência com relação a assuntos menos importantes. No plenário, por exemplo, a desatenção costuma ser uma constante e muitos parlamentares acabam se orientando pelo parecer do relator no momento de votar. Outros também costumam segui-lo quando suas lideranças declaram aberta a questão, ou não se mostram empenhados em favor de determinados resultados.

Embora muitos constituintes garantam que o parecer do relator Bernardo Cabral não tem importância, porque sempre acabam prevalecendo os acordos e a orientação da liderança, nenhum autor de emenda dispensa sua manifestação favorável. A prova disso são os inúmeros pedidos de parecer favorável que costuma receber dos constituintes, de todos os partidos e posição ideológica.

... DE VENDIDOS